



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 021/2017 – SEPLAG, nos termos do Padrão nº 03/2002.

Processo SEI nº: 0410-001974/2016

SIGGO nº: 034874

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.230.476/0001-07, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por **DALMO JORGE LIMA PALMEIRA**, portador da cédula de identidade RG nº 3.660.785, expedida pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 370.601.985-04, na qualidade de Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, em substituição, no uso das atribuições previstas no art. 1º, XI, da Portaria-SEPLAG nº 58 de 17 de abril de 2015 e conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e de outro lado, a empresa **SOLARIS CONSULTORIA E TREINAMENTO ORGANIZACIONAL LTDA** doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.581.215/0001-67, com sede à Rua Quiririm, nº 902, Rua “F”, C/14, Bairro Vila Valqueire, Rio de Janeiro – R.J., CEP: 21.330-650, neste ato representada por **ERIKA DA SILVA DE CASTRO**, portadora da Cédula de Identidade nº 10432961-0, expedida pelo IFP/RJ e CPF/MF nº 044.617.667-21, na qualidade de Sócia da empresa, celebram o presente ajuste pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico (fls. 137 a 170 - 1596282), com Adendo de Atualização do Projeto Básico (fls. 177 a 178 - 1596282) e Despacho SEPLAG/GAB/EGOV/DIEX (1653412), da Proposta da Contratada (1688717), e da Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (fls. 171 a 174 - 1596282), tendo por base o Art. 25, *Caput* e Inciso II, c/c Art. 26 e com o Art. 13, VI, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os ditames da Lei Distrital nº 2.958, de 26/04/2002; da Portaria nº 70 - SEGAD, de 07/07/2015; da Ordem de Serviço nº 1 - EGOV/SEPLAG, de 06/01/2016, da Ordem de Serviço nº 2 - EGOV/SEPLAG, de 04/02/2016, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações correlatas.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para ministrar o Curso de Formação de Analistas de Processos, módulo I (Análise e diagnóstico de processos) e módulo II (melhoria e transformação de processos) para capacitação de 20 (vinte) militares do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal – CBMDF em cada módulo, termos do Projeto Básico (fls. 137 a 170 - 1596282), com Adendo de Atualização do Projeto Básico (fls. 177 a 178 - 1596282) e Despacho SEPLAG/GAB/EGOV/DIEX (1653412), da Proposta da Contratada (1688717), e da Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (fls. 171 a 174 - 1596282), tendo por base o Art. 25, *Caput* e Inciso II, c/c Art. 26 e com o Art. 13, VI, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os ditames da Lei Distrital nº 2.958, de 26/04/2002; da Portaria nº 70 - SEGAD, de 07/07/2015; da Ordem de Serviço nº 1 - EGOV/SEPLAG, de 06/01/2016, da Ordem de Serviço nº 2 - EGOV/SEPLAG, de 04/02/2016, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações correlatas, que passam a integrar o presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

4.1 - O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.2 - O curso será ministrado em 02 (dois) módulos de 24 (vinte e quatro) horas-aula cada e será desenvolvida durante 03 (três) dias, com 08 (oito) horas-aula diárias, conforme as datas e os horários detalhados a seguir:

MÓDULO	PERÍODO	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA (POR MÓDULO)	LOCAL	Nº DE PARTICIPANTES (POR MÓDULO)
I	de 22 a 24/8/2017	09h00 às 18h00	24h	Escola de Governo (EGOV)	20
II	de 12 a 14/9/2017				

4.3 - Como **Conteúdo Programático**, nos termos do Projeto Básico, elencam-se:

Módulo I – Primeira Parte: Gerenciamento de Processos de Negócio | BPM

Parte 1 - Introdução ao Gerenciamento de Processos de Negócio

- Fatos sobre BPM
- Motivadores Clássicos
- BPM e o impacto no Negócio
- Definições Complementares
- BPM CBOK e as nove áreas de Conhecimento
- Conceitos Fundamentais

Parte 2 - Entendimento Estratégico Essencial

- As 5 perguntas essenciais
- Estruturas das Organizações
- Concepção estratégica essencial
- A Estratégia, a Gestão e a Operação

Parte 3 - Levantamento e Modelagem de Processos de Negócio

- O que é Modelagem de Processos de Negócio
- Perspectivas de modelagem de processos
- Três níveis de modelagem
- Atividades essenciais para a modelagem de processos
- Indicadores de desempenho
- Regras de negócio

Parte 4 - Análise de Processos

- Quando deve ser feita uma Análise de Processos
- Preparação para Análise de Processos
- Atividades da Análise de Processos
- Estratégias e Técnicas de Análise de Processos

Parte 5 - Desenho de Processos

- Funções e Envolvimento
- Atividades de Desenho de Processos
- Princípios do Desenho de Processo

Parte 6 - Tecnologias de Apoio

- O que é BPMS
- Funcionalidades de um BPMS
- Arquitetura básica de um BPMS
- Classificação de um BPMS

Módulo I – Segunda Parte: Modelagem, Análise e Diagnóstico de Processos

Prática de modelagem com BPMN

- Entendimento sobre a Empresa e o Negócio
- Levantamento inicial dos Processos
- Categorização e priorização de Processos
- Definição do escopo de processos
- Definição do escopo do levantamento
- Definição do escopo da modelagem (Níveis)
- Levantamento das atividades do processo atual (As Is)
- Diagramação do processo com BPMN 2.0 (As Is)
- Uso da ferramenta de modelagem para criação do
- Macro Processo
 - Processo
 - Subprocessos

- Atividades
- Criação de documentação complementar ao diagrama

Prática de Análise e Diagnóstico de Processos

- Avaliação dos diagramas do processo
- Avaliação dos documentos complementares ao modelo
- Análise e Diagnóstico do processo
 - Tempo
 - Custo
 - Padrões
 - Interação com Cliente
 - Causa Raiz
 - Handoffs
 - Regras de negócio
 - Capacidade
 - Gargalos
 - Sistemas da Informação
- Preparação para simulação de cenários
- Avaliação de resultados
- Documentação de Lacunas e Resultado
- Documentação de Soluções e Recomendações

Módulo II - Primeira Parte

- **Lean**
 - O que é
 - Principais Fontes de Desperdício
 - Premissas
 - Valor
 - Lean Manufacturing
- **6 Sigma**
 - O que é
 - DMADV e DMAIC
 - Custo da Não Qualidade
 - Lean Manufacturing e 6 Sigma
- **Teoria das Restrições**
 - Nuvens de Conflito
 - Processo de Eliminação de Restrições
 - Administração Holística

Modelagem Avançada com BPMN 2.0

- Eventos, Atividades, Gateways, Processos e Subprocessos
- Modelagem Sequenciada
- Modelagem Ad hoc
- Modelagem Excepcional
- Design Patterns Avançados
 - Paralelismo
 - Divisão e União
 - Acordo de Nível de Serviço
 - Ciclos
 - Coreografia
 - Orquestração
- Tratamento de Exceção com Eventos Anexados a Borda

Exercício Prático - 1

Projeto de Melhoria do Processo de Venda em uma empresa fictícia de computadores com uso de

BPMS para automatização de atividades de trabalho.

Os participantes projetam a melhoria do processo de vendas utilizando BPMN 2.0 para automatização (Paleta Avançada).

Nesse exercício, além da modelagem dos processos, tratamos de utilização de meios de pagamento, interação com os clientes, logística de entrega, sincronismo, redução de gargalos, limitações etc.

Com a realização desse exercício, os participantes terão condições de:

- Aplicar os Conceitos Apresentados
- Exercitar a Criatividade Estruturada
- Modelar Melhorias nos Processos
- Identificar Dificuldades Práticas na Aplicação dos Conceitos

Módulo II - Segunda Parte

- **Foco do Cliente - OUTSIDE-IN PROCESS**
 - Evolução do Conceito
 - Principais Vetores OUTSIDE-IN
 - Momentos da Verdade
 - A Jornada do Cliente
 - 5 Tipos de Jornadas
 - Relacionamento 1 para 1 e IDIP
 - Mapeamento de Pontos de Contato
 - Avaliação da Experiência do Relacionamento
 - Modelagem de Fora para Dentro (OUTSIDE-IN)
 - Estudo de Caso 1
 - Estudo de Caso 2
 - Estudo de Caso 3
- **Transformação em 5 Passos**
 - O Cliente
 - A Jornada
 - As Hipóteses
 - As Mudanças
 - As Interações
- **Identificação de Problemas e Oportunidades de Melhoria**
 - Complexidade
 - Tempo
 - Acesso
 - Custo
 - Experiência
- **Business Transformation**
 - Conceitos fundamentais
 - Áreas de Conhecimento

Exercício Prático - 2

Projeto de Transformação do Processo de Venda de uma empresa fictícia de Computadores com aplicação dos conceitos de Foco DO Cliente (OUTSIDE-IN), Modelagem de Fora para Dentro com BPMN 2.0, Mapeamento da Jornada do Cliente e tratamento da Experiência de Relacionamento considerando suas emoções por Ação Realizada, em cada Ponto de Contato e com cada Processo envolvido.

É um exercício coletivo, prático, dinâmico, provocador e revolucionário em todos os aspectos. É uma experiência desconhecida por boa parte do mercado nacional e, por isso mesmo, com grande possibilidade de rápida transformação de resultados organizacionais e total ruptura com os paradigmas ultrapassados da gestão do século XX.

Com a realização desse exercício, os participantes terão condições de:

- Aplicar os conceitos apresentados
- Modelar a transformação organizacional de fora para dentro até os processos internos
- REVOLUCIONAR o pensamento e os RESULTADOS organizacionais
- Ter experiência de aprendizado e mudança de modelo mental

4.3 - No tange à **Carga Horária**, nos termos do Projeto Básico, reporta-se que:

4.3.1 - A carga horária de cada módulo é de 24 horas-aula, perfazendo um total de 48 horas-aula.

4.4 Como **Metodologia**, nos termos do Projeto Básico, elenca-se:

4.4.1 - Curso presencial com aulas expositivas, com apresentação interpretativa e prática dos conceitos e relacionados à temática do curso, com atividades individuais ou em grupo, exercícios práticos, testes e simulações, materiais e recursos audiovisuais.

4.5 - No que tange à **Inscrição dos Participantes**, nos termos do Projeto Básico, mencionam-se:

4.5.1 - O Estado-Maior- Geral do CBMDF indicará os servidores que serão inscritos na capacitação, bem como garantirá o preenchimento do número total de vagas solicitadas.

4.5.2 - A inscrição será realizada em duas Etapas: de pré-inscrição e de efetivação da inscrição, conforme disposto na Ordem de Serviço no 02/2016, da Escola de Governo, publicada no DODF nº 25, de 5/2/2016.

4.6 - No que tange à **Frequência e Certificação**, nos termos do Projeto Básico, mencionam-se:

4.6.1 - O registro da frequência dos participantes será de responsabilidade do CBMDF e ocorrerá diariamente.

4.6.2 - O servidor desistente de curso/evento presencial, semipresencial ou a distância com tutoria ou não concluinte de curso/evento presencial ou semipresencial poderá ser impedido de participar de outros cursos/eventos promovidos pela EGOV, por um período de 90 (noventa) dias, bem como vir a ressarcir o erário, após apuração em procedimento administrativo, conforme disciplinado na Portaria nº 70/2015 – SEGAD (DODF nº 131, de 9 de julho de 2015).

4.6.3 - Será expedido certificado ao cursista que alcançar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do curso.

4.6.4 - Os certificados de conclusão serão entregues ao término do curso, salvo por fato superveniente ou de força maior.

4.6 - No que tange à **Avaliação**, nos termos do Projeto Básico, mencionam-se:

4.6.1 - Ao término do curso, os participantes receberão instrumento de Avaliação de Reação elaborado pela Escola de Governo, para preenchimento. As variáveis a serem avaliadas serão: desempenho do instrutor, conteúdo programático, material instrucional, organização do evento e a autoavaliação.

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

5.1 - O valor total do Contrato é de **R\$ 55.440,00 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta reais)**, devendo a importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente, com recursos provenientes do Fundo Pró-Gestão, conforme detalhamento abaixo:

CÓDIGO DA DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE PAGAMENTO	VALOR DA HORA-AULA	TOTAL DE HORAS-AULA POR MÓDULO	QUANTIDADE DE MÓDULOS / N.º DE PARTICIPANTES POR MÓDULO	VALOR POR MÓDULO (R\$)	
						UNITÁRIO	TOTAL
3.3.90.39 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Curso de Formação de Analista de Processos – Módulos I e II	turma (com 20 alunos)	R\$ 1.155,00	24	02/20	R\$ 27.720,00	R\$ 55.440,00

5.2 - Estão inclusos no custo do curso o livro Guia para Formação de Analista e Medição de Processos para BPM, bem como a emissão dos certificados de participação, os *coffee breaks*, os gastos com transporte, hospedagem e alimentação do instrutor.

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 32.901

II – Programa de Trabalho: 04.128.6003.4088-0027

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39

IV – Fonte de Recursos: 320

6.2 - O empenho é de **R\$ 55.440,00 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta reais)**, conforme **Nota de Empenho nº 2017NE00021(1736239)**, emitida em 01/08/2017, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1 - O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Executor do CONTRATO.

7.2 - As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos provenientes do Fundo de Melhoria da Gestão Pública da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal (Pró-Gestão).

7.3 - A Contratada não poderá apresentar Nota Fiscal com número de CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste CONTRATO.

7.4 - Ainda para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo

relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106/2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão de Regularidade com a Fazenda Pública Federal; e

V - Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas – CNDT (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho.

7.5 - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.6 - Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

7.7 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.8 - O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as condições estabelecidas neste CONTRATO e em desconformidade com este Contrato ou Projeto Básico que faz parte integrante deste CONTRATO. Se, após o recebimento provisório for constatado fornecimento ou serviço em desacordo com o pactuado, com defeito ou incompleto, a CONTRATADA será notificada pelo CONTRATANTE para efetuar a devida regularização da ocorrência, não podendo lograr pagamento enquanto não sanada a irregularidade.

7.9 - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.10 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/1993.

7.11 - As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011, alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014, de 12/12/2014.

7.12 - O pagamento será efetuado ao final da realização de cada turma do curso, de acordo com as normas de execução financeira, orçamentária e contábil do Distrito Federal, sendo exigida como condição para pagamento a prova de regularidade fiscal e trabalhista.

7.13 - O contrato terá preço fixo e irrevogável, considerando sua vigência menor que um ano.

CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, a contar de sua assinatura, sem possibilidade de prorrogação.

CLÁUSULA NONA – Das garantias

9.1 - Por ocasião da celebração do CONTRATO será exigida da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, comprovante de prestação de garantia, correspondente a 2% (dois por cento) do valor total do contrato, **R\$ 1.108,80 (hum mil, cento e oito reais e oitenta centavos)**, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/1993, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666/1993, quais sejam:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

9.2 - A garantia contratual, ainda, abrange a observância dos seguintes tópicos:

I - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios dos arts. 827 e

1.491, do Código Civil de 2002.

II - Toda e qualquer garantia prestada pela CONTRATADA:

a) A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a elaboração do Relatório Circunstanciado Final de Execução do Contrato pelo Executor de Contrato, e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente, sem prejuízo das sanções previstas em Lei. A não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o CONTRATO, implicando na imediata anulação da N.E (Nota de Empenho) emitida.

b) Poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

III - Sem prejuízo das sanções previstas na lei, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o CONTRATO, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

IV - No caso de fiança bancária e do seguro-garantia, estes deverão ser apresentados em original ou documento eletrônico com certificação digital e deverá oferecer cobertura a todas as obrigações contratuais não adimplidas pelo contratado compreendendo o período anual de início e término do CONTRATO.

V – A garantia de execução do CONTRATO, nos moldes do art. 56 da Lei no 8.666/1993, deve ter validade de 90 (noventa) dias, conforme a vigência contratual, observados ainda os seguintes requisitos:

a) A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão CONTRATANTE, contado da assinatura do CONTRATO, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo que, nos casos de contratação de serviços continuados de dedicação exclusiva de mão de obra, o valor da garantia deverá corresponder a 2% (dois por cento) do valor total do CONTRATO;

b) A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO;

2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber;

c) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "b", observada a legislação que rege a matéria;

d) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

e) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do CONTRATO por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

f) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993;

g) O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

h) A garantia será considerada extinta:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO; e

2. após o término da vigência do CONTRATO, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

i) O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

j) A garantia prevista no inciso V somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, observada a legislação que rege a matéria.

k) Caso a CONTRATADA faça opção pelo recolhimento da Garantia em Espécie, deve-se fazê-lo por intermédio de Depósito Bancário em favor da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ: 00.394.684/0001-53, Banco de Brasília S/A – BRB, Agência: 0100, Conta Corrente: 800.482-8.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da responsabilidade do Distrito Federal

10.1 - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- 10.1.1 - Prestar ao Contratado informações que garantam o bom andamento dos trabalhos.
- 10.1.2 - Disponibilizar para a realização do evento espaço físico e recursos áudio visuais necessários e disponíveis para a execução do Curso.
- 10.1.3 - Cumprir com o Contratado todos os compromissos financeiros autorizados e assumidos em decorrência da contratação.
- 10.1.4 - Notificar ao Contratado formal e tempestivamente todas as irregularidades observadas no decorrer do contrato.
- 10.1.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, mediante representante especialmente designado, de acordo com o estabelecido no inciso II e parágrafo 5º, do artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010; os parágrafos 1º e 2º, do artigo 67, da Lei nº 8.666/93; e a Portaria nº 222-2010/SEPLAG.
- 10.1.6 - Elaborar e aplicar instrumentos de avaliação de reação do curso e fazer tabulação.
- 10.7 - Efetuar o registro do contrato.
- 10.2 - Constituem obrigações e responsabilidades dos participantes:
- 10.2.1 - O servidor deverá participar do Curso de acordo com a programação e obter a frequência estabelecida.
- 10.2.2 - Cumprir as demais exigências e deveres constantes da Ordem de Serviço nº 02/2016 da Escola de Governo, publicada no DODF nº 25, de 05/02/2016 e da Portaria nº 70/2015-SEGAD, publicada no DODF nº 131, de 09 de julho de 2015.
- 10.2.3 - O servidor desistente de curso/evento presencial, semipresencial ou à distância com tutoria ou não concluinte de curso/evento presencial ou semipresencial poderá ser impedido de participar de outros cursos/eventos promovidos pela EGOV, por um período de 90 (noventa) dias, bem como vir a ressarcir o erário, após apuração em procedimento administrativo, conforme disciplinado na Portaria nº 70/2015 – SEGAD (DODF nº 131, de 9 de julho de 2015).
- 10.3 - Constituem obrigações e responsabilidades da área demandante:
- 10.3.1 - Encaminhar relação de servidores indicados para participar dos 2 (dois) módulos do Curso, no prazo estipulado pela EGOV.
- 10.3.2 - Garantir o preenchimento do número total de vagas solicitadas e previstas no Projeto Básico.
- 10.3.3 - Coordenar o evento, registrar a frequência do Instrutor e dos Participantes e encaminhar as listas de presença para a EGOV.
- 10.3.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, mediante representante especialmente designado, de acordo com o estabelecido no inciso II e parágrafo 5º, do artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010; os parágrafos 1º e 2º, do artigo 67, da Lei nº 8.666/93; e a Portaria nº 222-2010/SEPLAG, no que couber.
- 10.4 - O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

- 11.1 - Constituem obrigações da Contratada:
- 11.1.1 - Aceitar e cumprir todas as condições impostas no projeto básico.
- 11.1.2 - Reunir-se com a equipe da EGOV e do CBMDF para a coordenação das ações relativas ao evento.
- 11.1.3 - Realizar pessoalmente os serviços, sendo vedada a substituição sob qualquer hipótese.
- 11.1.4 - Prestar os serviços contratados da forma ajustada, mantendo o conteúdo programático e a execução do cronograma estabelecido pela contratante.
- 11.1.5 - Fornecer aos participantes o Livro Guia para Formação de Analista e Medição de Processos para BPM, conforme especificado na proposta de preços.
- 11.1.6 - Acatar a fiscalização do serviço contratado, levado a efeito por pessoa designada pela Contratante para acompanhar a execução do contrato e cujas solicitações deverão ser atendidas prontamente, bem como comunicar à Contratante quaisquer irregularidades detectadas.
- 11.1.7 - Elaborar e encaminhar à EGOV relatório final dos serviços prestados, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do término da prestação dos serviços;
- 11.1.8 - Caberá ao contratado responder o questionário de avaliação do Curso, disponibilizado pela EGOV.
- 11.1.9 - Emitir certificados.
- 11.1.10 - Fornecer coffee break para todos os dias do curso.
- 11.1.11 - Atender o previsto no art. 71 da Lei 8666/93.
- 11.1.2 - Constituem, ainda, obrigações da Contratada:
- 11.2.1 - Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução deste Instrumento;
- 11.2.2 - Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório e quando da assinatura do Contrato;

11.2.3 - Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011;

11.2.4 - Comunicar à CONTRATANTE, quando solicitado, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

11.2.5 - Entregar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as seguintes certidões: Certidão Negativa de Débito Trabalhista, Certidão Negativa de Débito – Receita Federal, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – Receita Federal/PGFN e Certidão Negativa de Débitos – SEFAZ/DF;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual

12.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do CONTRATO, sem prejuízo das demais regulamentações legais.

12.2 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, vedada a modificação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

13.1 O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do CONTRATO sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/1993, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.2 - Das Espécies

13.2.1 – Caso a contratada que não cumpra integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, está sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851/2006, e suas alterações:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no CONTRATO e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3 - Da Advertência

13.3.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o CONTRATO.

13.4 - Da Multa

13.4.1 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do CONTRATO, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas

obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do CONTRATO/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o CONTRATO ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do CONTRATO/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do CONTRATO/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do CONTRATO, exceto prazo de entrega.

13.4.2 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo CONTRATO;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.3 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.4 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do CONTRATO, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.5 – Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.6 – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **13.2.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.7 – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou CONTRATO deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.4.1.

13.4.8 – A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **13.4.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.5 - Da Suspensão

13.5.1 – A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), a contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o CONTRATO, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.5.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o CONTRATO.

13.5.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.5.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.6 - Da Declaração de Inidoneidade

13.6.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.2 - A declaração de inidoneidade prevista no item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

13.7 - Das Demais Penalidades

13.7.1 - Caso a contratada apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.6;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.5.3 e 13.5.4.

13.7.2 - As sanções previstas nos subitens 13.5 e 13.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos CONTRATOS regidos pelas Leis Federais nos 8.666/1993 ou 10.520/2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.8 - Do Direito de Defesa

13.8.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.8.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.8.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.3 e 13.4 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9 - Do Assentamento em Registros

13.9.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.9.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.10 - Da Sujeição a Perdas e Danos

13.10.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, a contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações contratuais.

13.11 – Disposições Complementares

13.11.1- As sanções previstas nos subitens 13.3, 13.4 e 13.5 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.11.2 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Dissolução

O CONTRATO poderá ser dissolvido de comum acordo, na forma do art. 79, II c/c § 1º da Lei nº 8.666/93, após autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, a depender do juízo de conveniência da Administração, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão

15.1 - O CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no CONTRATO, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2 - No caso de rescisão motivada nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/93, ficam assegurados à Administração, os direitos de investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento dos serviços, para evitar que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Executor

17. O Distrito Federal, por meio de Ordem de Serviço, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

17.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por executor interno do ajuste, especialmente designado pelo Órgão Requisitante, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal;

17.2. Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos neste Contrato e seus anexos, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre o objeto contratado, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

I - Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;

II - Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento;

17.3 - O objeto contratado deverá ser executado conforme disposto neste contrato, no Projeto Básico (fls. 137 a 170 - 1596282), com Adendo de Atualização do Projeto Básico (fls. 177 a 178 - 1596282), no Despacho SEPLAG/GAB/EGOV/DIEX (1653412), da Proposta da Contratada (fls. 179 a 192 - 1596282) e ratificada (1688717), e da Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (fls. 171 a 174 - 1596282), todos juntados ao Processo SEI-GDF nº **0410.001.974/2016**, baseada Caput do Art. 25 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:

a) será recebido o objeto contratado:

I – provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

II – definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

b) após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;

c) o recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto adquirido, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

17.4 - se a Contratada deixar de entregar o objeto contratado dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste contrato;

17.5 - O executor do contrato manterá registros de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou irregularidades observadas, devendo remeter mensalmente, por meio de relatório circunstanciado, essas informações à comissão

executora; e

17.6 - As providências que ultrapassem a competência do executor serão determinadas pelos seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da proibição de utilização de mão de obra infantil

Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013 e com fundamento no artigo 7º, XXXIII e artigo 227, § 3º, I da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil no presente CONTRATO, sob pena de rescisão contratual imediata, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do CONTRATO fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente CONTRATO.

Pelo **Distrito Federal**:

DALMO JORGE LIMA PALMEIRA

Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Substituto

Pela **Contratada**:

ERIKA DA SILVA DE CASTRO

Sócia da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **DALMO JORGE LIMA PALMEIRA - Matr. 0270791-8, Secretário(a) de Planejamento, Orçamento e Gestão - Substituto(a)**, em 03/08/2017, às 19:59, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA DA SILVA DE CASTRO, Usuário Externo**, em 04/08/2017, às 13:47, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **1736388** código CRC= **BD98F137**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Sala 503 - CEP 70075900 - DF